

Narrativas, identidades e antagonismos em (des)equilíbrio¹

Narratives, identities and (un)balanced antagonisms

Eliane Fernandes Azzari²

Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC
elianeazzari@gmail.com

Wesley Johnny Ferreira Candido³

Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC
wesley_johnny96@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta nossa investigação da interface entre discursos, narrativas e identidades. Objetivamente, propomos a análise de excertos de dois textos: *Outros Cantos*, de Maria Valéria Rezende (2016), e *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal* (1933/2003), escrito por Gilberto Freyre. Nossa análise encontra apoio nas proposições bakhtinianas acerca do cronotopo e do dialogismo na linguagem. Ademais, ancoramo-nos em discussões acerca do papel das narrativas na construção identitária. De caráter qualitativo, nossa pesquisa indica que, embora estejam contextualizados em tempos-espacos diferentes e sejam narrados por enunciadores distintos, os extratos analisados giram em torno de/são permeadas por discursos acerca do sujeito nordestino, e(m) práticas sociais em que pese o gênero. De nosso ponto de vista, os extratos que elencamos evidenciam tensões pertinentes a encontros e desencontros de discursos tais quais os que reafirmam a heteronormatividade como postura socialmente reguladora e que denotam visões conservadoras do papel/lugar social da mulher no/do nordeste brasileiro, o que identificamos tanto em narrativas cujo cronotopo situa-se na modernidade, quanto naquelas dos dias presentes. A nosso ver, nosso *corpus* visibiliza o (re)vozeio de discursos fundamentados no regime patriarcal heteronormativo que contribuem para a manutenção social da diferença.

Palavras-chave: Discurso; Narrativas; Heteronormatividade; Identidade; Dialogismo.

ABSTRACT: This paper aims to discuss results of our investigations about discourses, narratives and identities. We analyze a set of excerpts of two texts: *Outros Cantos*, by Maria Valéria Rezende (2016), and the book *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal* (1933/2003), by Gilberto Freyre. We find theoretic support in the dialogic perspective proposed by Bakhtin, as well as in his concept of chronotope in the novel. Moreover, we resort to complementary literature to expand on the idea of possible interrelations between narratives and identity construction processes. Assuming a qualitative approach, our results point out that, although our main

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo programa de bolsas de Iniciação Científica PIBIC/Reitoria da PUC-Campinas.

² Professora pesquisadora permanente do Programa de Pós-graduação em Linguagens, Mídia e Arte e da Faculdade de Letras da PUC-Campinas.

³ Graduando em Letras: Português/Inglês. Bolsista do Programa de Iniciação Científica da PUC-Campinas (2019-2020).

objects of investigation are contextualized in distinguished time and space settings, as well as both of them stem from different enunciators, our data main themes converge to discourses about/of Brazilian Northeast men and women and/in their gender relations, in everyday social practices. From our point of view, the analyzed data pinpoints narrative identities that (re)voice socially shared discourses that are based on a heteronormative and patriarchal regimen that contribute to build up, to share and to maintain social differences.

Keywords: Discourse; Narratives; Heteronormativity; Identities; Dialogism.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar alguns dos resultados de nossas investigações acerca da interface entre discursos, formas narrativas e a construção de identidades. Especificamente, propomos analisar excertos selecionados de dois textos: o romance *Outros Cantos*, de Maria Valéria Rezende (2016), e a introdução do livro *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal* (1933), escrito pelo sociólogo Gilberto Freyre.

Entendemos que, embora estejam situados na mesma esfera de produção (a literária), ambos os textos refletem e refratam dois diferentes cronotopos (BAKHTIN, 2018a). Enquanto o texto de Freyre (1933) caracteriza um ensaio (estendido) histórico produzido no âmbito da modernidade, o romance de Rezende (2016) retoma memórias (auto)biográficas em narrativa escrita nos dias correntes. Assim, tanto as suas narrativas internas (enredos), quanto a própria produção desses textos ocorrem em tempos-espacos distintos, que remetem a memórias que hibridizam histórias de vida, (auto)biografia e ficção e que são enunciadas por sujeitos que atuam a partir de pontos de vista diferentes.

Não obstante estejamos cientes da distinção cronotópica entre os dois textos, nossa escolha por esses objetos de análise se justifica pelo fato de que os dois apresentam temáticas que, de forma direta ou transversal, giram em torno de/são permeadas por discursos acerca do sujeito nordestino (mulher e homem) e(m) práticas sociais reguladas por relações de gênero. De tal forma, ao abordá-los, é possível ampliarmos nosso entendimento do campo discursivo em que tais temáticas são tratadas, a partir de pontos de vista social e historicamente situados.

A nosso ver, os excertos que elencamos para nossa análise nos permitem evidenciar identidades narrativas – termo sugerido por Ricoeur (1991) – que indiciam construções identitárias vinculadas a dois temas principais: a) o papel/lugar da mulher nordestina brasileira na sociedade contemporânea, a partir do olhar de uma mulher escritora nordestina; e b) a presença de discursos sobre a heteronormatividade na sociedade do nordeste brasileiro, e que, neste último caso, estão materializados na/pela narrativa de um homem escritor nordestino, situado nos anos de 1930, período da modernidade.

Em seu conjunto, os extratos que compõem nosso *corpus* evidenciam tensões pertinentes a encontros e desencontros de discursos, tais quais os que reafirmam a heteronormatividade como postura socialmente reguladora de relações sob a égide do patriarcado, e/ou aqueles que constituem visões conservadoras do papel/lugar social do homem e da mulher no/do nordeste brasileiro. De nosso ponto de vista, as identidades

narrativas evidenciadas em/por nosso *corpus* (re)vozeiam relações discursivas pautadas no regime patriarcal heteronormativo, o que pode contribuir para a construção, a circulação e a “manutenção social da diferença” – termo emprestado das discussões de Silva (2000).

Nossa proposta adota os conceitos de cronotopo e de dialogismo de viés bakhtiniano como orientação para o tratamento de interfaces entre linguagens, sujeito e sociedade, além de encontrar apoio em outros estudos, dedicados a explorar o papel das narrativas em processos identitários. Dessa forma, este trabalho discute a construção de identidades narrativas como materialização de processos de interpretação de realidades sociais e culturais que são discursivamente (re)constituídos.

Assim, além do caráter dialógico, inerente às comunicações discursivas, a ideia de cronotopo (BAKHTIN, 2018a) – relação intrínseca entre tempo e espaço – é outro construto valioso para nossa discussão. Nessa perspectiva, os discursos estão situados cronotopicamente e, assim, permeiam os relacionamentos humanos. Materializados em narrativas (de ficção, históricas e/ou autobiográficas), as construções discursivas tanto sustentam quanto indiciam modos de interpretar e narrar a vida. Para Bakhtin (2019, p. 65-66), a narrativa literária constitui “[...] gênero em formação e ainda inacabado”, caracterizado por suas relações intrínsecas com as culturas e, portanto, as sociedades, refletindo e refratando as relações humanas, que são historicamente tecidas.

Para fundamentar nosso dispositivo de análise, recorreremos também às proposições de Arfuch (2010), Festino (2014), Hall (2000) e Silva (2000), a fim de tratar de relações entre as narrativas, o conceito de estética literária e os processos de construção social da identidade e da diferença. Adicionalmente, emprestamos a noção de heteronormatividade oferecida por Louro (2009), a fim de traçar interfaces entre essas discussões e a perpetuação da diferença, em sociedade.

Apoiamo-nos na ideia de que não seja possível, e nem desejável, separarmos literatura e cultura, como afirma Bakhtin (2017, p. 11). Ao pesquisarmos as construções identitárias dos sujeitos nordestinos a partir de uma perspectiva de obras escritas em tempos diferentes, percebemos a literatura em interface cultural, pois “[s]e não se pode estudar a literatura isolada de toda a cultura de uma época, é ainda mais nocivo fechar o fenômeno literário apenas na época de sua criação, em sua chamada atualidade” (BAKHTIN, 2017, p. 13). Ou seja, além do romance ser uma representação da vida do sujeito, impregnada de sentidos discursivamente atribuídos, a distância temporal entre os dois textos literários que elegemos por objeto de estudo não os torna irrelevantes e nem dirime seus significados. Ao contrário, reforça mais uma vez seu caráter de inacabamento. Logo, “[q]uando tentamos interpretar e

explicar uma obra apenas a partir das condições de sua época, das condições da época mais próxima, nunca penetramos nas profundezas de seus sentidos” (BAKHTIN, 2017, p. 14).

Nessa direção, ressaltamos novamente a importância da interface vida-arte-cultura neste trabalho que, por assumir caráter dialógico, busca óticas orientadas a partir de vivências diferentes que, portanto, compreendem e são compreendidas pelo exercício da alteridade. De tal forma, neste trabalho assumimos que “[a] cultura do outro só se revela com plenitude e profundidade (mas não em toda plenitude, porque virão outras culturas que a verão e compreenderão ainda melhor) aos olhos de *outra* cultura.” (BAKHTIN, 2017, p. 18, 19). Ou seja, ao olharmos o outro a partir da nossa perspectiva, estabelecemos um diálogo em que “[c]olocamos para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos resposta a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundezas do sentido” (BAKHTIN, 2017, p. 19).

Isto posto, nos propomos a atuar neste texto de forma que as culturas do “intérprete” e aquela “interpretada”, por intermédio de narrativas do campo literário, possam contribuir para nos enriquecer ao compartilharmos (diferentes) ontologias e epistemologias.

Dialogismo, cronotopo e as narrativas na vida e na literatura

Nosso estudo parte da ideia de que há diferentes narrativas que (re)velam interpretações feitas de e sobre o sujeito nomeado por brasileiro “nordestino” e que, dentre elas, há muitas que estão permeadas por discursos pautados no conceito de heteronormatividade e do papel/lugar social da mulher brasileira nordestina. Em nossa opinião, tais narrativas foram e continuam sendo construídas social e historicamente, ao longo do tempo. A fim de elaborar nossa proposta, dedicamo-nos neste trabalho à análise interpretativa de excertos de narrativas dos textos escolhidos sob perspectiva dialógica.

Conquanto Bakhtin (2018b) não tenha sido o primeiro pesquisador a observar a polifonia e o dialogismo no romance de Dostoiévski, como aliás o próprio estudioso deixa claro em *Problemas da poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2018b, p. 3-51), certamente é em sua obra que encontramos de que forma a polifonia acontece no romance, a partir dos esclarecimentos feitos por Bakhtin acerca das relações dialógicas que operam o enunciado, a palavra bivocal.

Portanto, é a partir da ótica bakhtiniana que identificamos que

[a]s relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância (BAKHTIN, 2018b, p. 47).

Essa é uma visão que privilegia o dialogismo como abordagem dedicada não apenas ao estudo da linguagem verbal, ou do campo literário, mas de todas as formas de manifestação das culturas, dos seres humanos e de suas sociedades, ou seja, como um modo de ver o mundo, de enxergar a vida. Sob tal visada, não há distinções entre o mundo da vida e o mundo da arte, posto que, para o estudioso, seria “[...] perniciosa [a] separação [d]e mútua impenetrabilidade entre cultura e vida” (BAKHTIN, 2017a, p.44). Ainda a esse respeito, Bakhtin esclarece também que “[t]oda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas” (BAKHTIN, 2018b, p. 209).

Ao assumirmos o dialogismo como ótica, entendemos também que, metalinguisticamente, ao vislumbrarmos quaisquer formas narrativas é preciso manter sempre em mente suas interfaces com “[o] campo do *discurso*, ou seja, da língua como fenômeno integral concreto”, pois é a “comunicação dialógica” que “[...] constitui o verdadeiro campo da *vida da linguagem*” (BAKHTIN, 2018b, p. 209, itálicos do original).

É importante notar, também, que o pensador russo emprega o termo “enunciado” em suas proposições de modo expandido. Para Bakhtin, e ao contrário do que afirmam perspectivas estruturalistas, “enunciados” são mais que simples frases em que se estabelecem relações sintáticas e semânticas, entre forma e significado. Nessa direção, o filósofo explica que

[a]s relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas (BAKHTIN, 2018b, p. 209, itálico do original).

O discurso dialógico, sempre bivocal, encontra-se nos interstícios da palavra dialogada, na relação eu-outro, quer seja na vida, ou no campo das narrativas literárias, de forma que sob tal visada não haveria o império de um ser falante ou de um(a) autor(a) monológico/a, proprietários de uma palavra única e cujos significados estariam encarcerados em si. Daí a polifonia, advinda do dialogismo, da bivocalidade inerentes aos enunciados, à palavra, ao campo extralinguístico, que é o campo discursivo.

Concomitantemente, fica exposto no dialogismo a inseparabilidade entre discursos, linguagem e sociedade, posto que o diálogo e a relação eu-outro são sempre social e historicamente constituídos. De acordo com o filósofo russo, “[o] cronotopo determina a unidade artística de uma obra literária em sua relação com a autêntica realidade” (BAKHTIN, 2018a, p. 217). Outro aspecto relevante e que nos permite transbordar narrativas literárias para a leitura de questões pertinentes aos campos da vida e da arte é a ideia de que “[n]a arte e na literatura, todas as determinações de espaço-tempo são inseparáveis e sempre tingidas de um matiz axiológico-emocional” (BAKHTIN, 2018a, p. 217). O eixo axiológico, nesta vertente, ocupa papel central no campo discursivo, e(m) que pese valores, juízos, apreciações do campo ideológico e que são socialmente constituídas, compartilhadas e perpetradas e/ou combatidas – a depender das relações de poder empenhadas nas comunicações discursivas, em suas materialidades, seus signos.

O viés proposto por Bakhtin (2018a) informa, portanto, que as éticas e estéticas dos textos, seja no campo do cotidiano (vida) ou no da arte/literatura estão articulados por forças internas e externas: as forças internas dos signos, símbolos e formas que concretizam e estruturam as linguagens (verbais, imagéticas e/ou multimodais), e as forças externas, que são do campo ideológico, discursivo, envoltas no eixo axiológico (emotivo-volitivo), que imprime modos de ver e interpretar as coisas, as situações, os eventos e as pessoas neles envolvidas.

Ainda conforme nos esclarece Bakhtin (2018a, p. 11), “[n]a literatura, o processo de assimilação do tempo e do espaço históricos reais, e do homem histórico e real que neles se revela, transcorreu de forma complexa e descontínua”. A seguir, o filósofo russo acrescenta que é o “[...] cronotopo (que significa “tempo-espaço”) a interligação essencial das relações espaço e tempo como foram artisticamente assimiladas na literatura [...] o transferimos [o termo cronotopo] para o campo dos estudos da literatura – quase como uma metáfora (quase, mas não inteiramente)”.

Nesse sentido, Bakhtin (2018a, p. 11) reforça a ideia de inseparabilidade entre espaço e tempo, chegando a propor que o tempo atuaria como “[a] quarta dimensão do espaço”. Assim, o cronotopo bakhtiniano é entendido “[...] como uma categoria de conteúdo-forma da literatura”. Centrando a questão do cronotopo no âmbito literário e apontando a função primordial do cronotopo para os gêneros na literatura, Bakhtin (2018a, p. 12) afirma que esse conceito “[...] como categoria de conteúdo-forma determina (em grande medida) também a imagem do homem na literatura; essa imagem sempre é essencialmente cronotópica”. Em nota de rodapé em seu ensaio “As formas do tempo e do cronotopo no romance”, Bakhtin (2018a, p. 12, nota de rodapé) esclarece que, ao contrário do que postulou a visão kantiana,

seu entendimento da relação entre espaço e tempo foge à noções transcendentais, pois para o filósofo russo, o espaço e o tempo, e sua imbricação cronotópica, denotam “[...] formas da própria realidade factual”.

Face aos conceitos de dialogismo e de cronotopo como elementos que fundamentam e sustentam as linguagens e que nos permitem aproximar os discursos do mundo da vida e do mundo da arte de modo intercambiável, sem dicotomias dialéticas ou separatistas, sentimo-nos fundamentados para abordar os excertos de narrativas advindos de textos literários como materialização interpretativa de construções identitárias que foram, são e estão social e historicamente atreladas.

Assim, efetuamos o trabalho com excertos das narrativas escolhidas por objeto deste estudo para entender o sujeito e a sociedade e (alguns dos) mecanismos que contribuem para a consolidação social da diferença. Somadas à abordagem discursiva bakhtiniana, as proposições de Ricoeur (1991) acerca do conceito de “identidade narrativa” nos permitem traçar caminhos para uma exploração de discursos acerca de construções identitárias de forma mais concreta. O filósofo francês pontua que não chega a ser novidade o fato de que as narrativas podem ser uma alternativa para o acesso às questões de identidade.

Como afirma Ricoeur (1991, p. 77, tradução nossa)⁴, corriqueiramente, nós (seres humanos, de modo geral) já estamos acostumados a falar da vida como história (ou histórias), de modo que “[e]quiparamos a vida à história ou histórias que contamos a esse respeito”. Por isso, o filósofo postula que são exatamente as narrativas que constroem as identidades e(m) suas (im)permanências e (des)identificações (semelhanças e diferenças). Recorrendo a Ricoeur, Arfuch (2010) esclarece que o conceito de identidade narrativa, seja no campo da ficção ou naquele das histórias de vida, possibilita o acesso à maneira como o sujeito se constitui identitariamente ao narrar-se/ser narrado, como um “[...] sujeito [lançado] ao jogo reflexivo, ao devir da peripécia, aberta à mudança, à mutabilidade, mas sem perder de vista a coesão de uma vida” (ARFUCH, 2010, p. 116). Sob este viés, Ricoeur (1991, p. 80) explica que nem mesmo o sujeito conhece ou acessa a si mesmo (*self*) de modo direto ou imediato, posto que é a mediação simbólica, dos signos culturais, constituintes e constituídos em/por “narrativas da vida no dia-a-dia” que torna possível o conhecimento de si, o acesso às identidades.

Estabelecendo diálogo com as proposições de Ricoeur (1991) e de Bakhtin (2017; 2018a; 2018b), concluímos que as formas narrativas (quer seja pela palavra verbal ou por

⁴ No original: “We equate life to the story or stories we tell about it”.

outros signos que constituam sentidos em interações discursivas) tanto concretizam a mediação para interpretações identitárias de si/outrem (quer seja a partir da visão do eu, do outro ou do diálogo eu-outro), quanto constroem e sustentam tais identidades.

De acordo com Festino (2015), as narrativas literárias tanto transmitem valores e crenças compartilhados em uma comunidade, quanto fazem parte de suas mudanças. Conforme aponta a pesquisadora, “[é] no âmbito das narrativas que o ser humano pode considerar, com um certo distanciamento, os problemas que o afligem no seu dia-a-dia e criar novas narrativas que o ajudem a resolvê-los” (FESTINO, 2015, p. 91). Recorrendo a Bruner (1996), a autora também se aproxima do que é defendido por Ricoeur (1991) ao afirmar que “[...] nossa experiência dos assuntos humanos sempre estará mediada pela forma das narrativas que utilizamos para contá-las” (FESTINO, 2015, p.91).

Em outro trabalho, Festino (2014) também propõe pensar o conceito da estética literária como um elemento decorrente de práticas culturais socialmente compartilhadas e, portanto, que marcam a cultura de uma comunidade – e não somente a apreciação de um indivíduo único, isolado e cuja visão estética seria socialmente privilegiada (FESTINO, 2014, p. 314).

A vertente assumida por Festino se opõe à ideia de que a estética seria fruto de uma apreciação do mundo externo que é feita de forma individual, como se fosse um processo sensorial unitário. Para Festino (2014), esta acepção individualista do conceito de estética seria responsável por privilegiar visões ideologicamente dominantes que tendem a subjugar e/ou a apagar manifestações culturais cujas estéticas escapem aos valores estabelecidos, reforçando visões colonialistas e opressoras, por exemplo, o que a autora trata por estética da diferença. Em contrapartida a visões pré-estabelecidas de estética literária, Festino (2014, p. 314) aponta que “[...] se a experiência sensorial é comum a todo ser humano, ela sempre será mediada pelo contexto cultural a que o indivíduo pertence”.

Identidade e construção social da diferença: heteronormativos e nordestinos em foco

Diante do exposto, pensamos que seja possível encaminhar nossa discussão para a construção social da diferença a partir das sugestões de Silva (2000) e Hall (2000), que operam no âmbito dos Estudos Sociais. Para Silva (2000), que busca inspiração em Hall (2000), tanto a diversidade quanto a diferença devem ser questionadas e problematizadas e, não somente, celebradas ou respeitadas, de forma a transbordar discursos e dar visibilidade a

processos que constituem (e que sustentam) noções estanques e autocontidas de identidade, porque estabelecem a diferença. Amparando-se nas ideias de Hall (2000), Silva (2000) contesta visões monológicas que favorecem a ideia de que a identidade seja constituída de forma independente, porque tais visões fortalecem a construção social da diferença, além de sustentarem discursivamente a sua manutenção.

Enquanto construção social e discursivamente estabelecida, a diferença surge como resultado do trato dicotômico das relações entre os indivíduos, as sociedades e as culturas. É fruto do relacionamento “eu versus outro” (ontologicamente oposto à postura dialógica, que percebe a vida a partir da relação “eu-outro”). Em suma, para Silva (2000), dicotomias que definem “identidade” como construto singular, monolítico e estabilizado partem da ideia de que “sei quem eu sou quando sei o que não sou”, ou seja, se digo “sou brasileira”, quero incluir-me em dada comunidade indentitária, colocando-me em oposição ao que “não sou” (não sou argentina, por exemplo). Desta forma, a constituição da identidade institui, concomitantemente, a diferença.

A partir dessas considerações, Silva (2000, p. 3) nos lembra que os processos de comunicação (que nós acatamos sob visada discursiva), envolvem relações de poder que, invariavelmente, ao fim e ao cabo, definem, marcam, incluem e excluem, ou seja, regulam processos que “[...] traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2000, p. 3). São também essas relações de poder que informam modos de atribuir sentido e de existir – o que vai ao encontro do que defende Festino (2014; 2015), em relação às formas narrativas e estéticas literárias privilegiadas.

Em contrapartida a noções estabelecidas e estáveis de identidade, Hall (2000) propõe pensarmos “[...] a identificação como uma construção, como uma operação nunca finalizada – “sempre em processo” (HALL, 2000, p. 106). A seguir, o autor faz a seguinte provocação:

Precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas [...]. As identidades parecem invocar uma origem que residiria num passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Eles têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo que nos tornamos (HALL, 2000, p. 108-109).

Seguindo o raciocínio proposto pelos autores supracitados pensamos, assim como Hall (2000, p. 109), que é no campo discursivo que as identidades são construídas. De tal forma,

entendemos que abordar a questão da identificação e da perpetuação da diferença a partir do campo sociocultural implica questionar “[...] ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (HALL, 2000, p. 109).

Na esteira das discussões travadas até aqui, queremos finalmente destacar nosso entendimento de que é com apoio nas relações de poder e nas construções da identidade e da diferença, discursivamente difundidas no campo social, histórico e cultural, que o conceito de heteronormatividade encontra berço e abrigo. Como esclarece Louro (2009), a força reguladora e normalizadora exercida pela ética heteronormativa atua como eixo propulsor na criação e na perpetuação social de identidades e, em perspectiva dialética, da diferença. Segundo informa Louro (2009), a identidade homossexual ou a homossexualidade constituem-se em práticas afetivas e/ou sexuais exercidas entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, trabalhando esses conceitos a partir de sua contraposição à ideia de heteronormatividade, a autora destaca que “[...] tendo sido nomeados o homossexual e a homossexualidade, ou seja, o sujeito e a prática desviantes, tornava-se necessário nomear também o sujeito e a prática que lhes haviam servido como referência” (LOURO, 2009, p. 89). O fato curioso é que, neste caso, a identidade que serve de ponto para o estabelecimento da norma é justamente aquela que desvia, destoa ou se opõe ao que a sociedade passa a enunciar e anunciar como regulador e regulamentar, ou seja, é a partir do momento em que as identidades “homo” são tratadas pela ótica da diferença que a identificação como identidades “hetero” passa a ser considerada norma. Louro explica que

[a]inda que por toda a parte se afirme a primazia da heterossexualidade, observamos que, curiosamente, ela se constituiu como a sexualidade-referência depois da instituição da homossexualidade. A heterossexualidade só ganha sentido na medida em que se inventa a homossexualidade. Então, ela depende da homossexualidade para existir (LOURO, 2009, p. 89).

Por conseguinte, percebemos que a lógica discursiva que opera os mecanismos reguladores que asseguram a manutenção social da diferença, neste caso, atende ao que postulam os autores que mobilizamos em nossas bases teóricas, até este ponto deste texto. Por isso, graças a relações comunicativo-discursivas envoltas em estratégias de poder, há manutenção de posições hierárquicas que asseguram o protagonismo da heteronormatividade, pois “[...] quanto menos for notada ou quanto mais for invisível uma relação de poder, mais ela será eficiente” (LOURO, 2009, p. 86).

O mesmo pode ser dito em relação à construção de uma identidade ou da representação de uma identidade “nordestina”. Bernardes (2007, p. 41) discute perspectivas que orientaram, do ponto de vista geopolítico, a formação da chamada Região Nordeste do Brasil. Segundo o autor, a expressão “nordeste” apresenta “[...] significados já muito cristalizados que evocam uma série de imagens, tanto de suas características geográficas, quanto culturais, sociais e econômicas”. Mas, para este autor, tais imagens fazem parte de um repertório discursivo que habita o imaginário de muitos, formando perspectivas identitárias que denotam um certo senso comum, de forma que

podem ser também *estereótipos* [que] fazem parte do complexo jogo das *identidades*, construídas numa teia de relações entre os de fora e os de dentro da região. Identidades que são também peças fundamentais na afirmação de interesses políticos, econômicos e de reconhecimento cultural (BERNARDES, 2007, p. 41, *itálico do original*).

Bernardes (2007, p. 41) também dá luz ao fato de que algumas formas populares de tratamento que advém dessas imagens/estereótipos identitários são usados para referenciar “nordestinos” de forma a revelar visões negativas, depreciadoras e preconceituosas em relação a essas pessoas, citando como exemplo expressões tais como: “paraíbas; baianos; cabeças-chatas”. Esses termos, usados para nomear pessoas advindas do nordeste brasileiro, ficaram bastante popularizadas especialmente em regiões urbanas e grandes centros nas regiões sul e sudeste brasileiras, em decorrência de fluxos de migração. Estes são exemplos que ilustram o que postulam Bakhtin (2017; 2018a; 2019) no que tange às relações entre linguagem, discurso e sociedade, e Silva (2000) e Hall (2000), em relação à criação social da identidade e da diferença.

Muitos são os estudos acerca das construções/representações identitárias associadas aos nordestinos e às nordestinas brasileiros/as e, dentre eles, apontamos também a discussão de Vasconcelos (2006), que chama a atenção para os sentimentos “ambivalentes” que parecem permear a ideia de uma brasilidade. Para Hall (2000), a ideia de uma identidade nacional unificadora é parte de um projeto modernista inculcado na noção de estado-nação. Mas, conquanto se possa buscar identificação por decretos (de hinos, bandeira ou da língua única nomeada nacional), coligar diversidades culturais e as percepções construídas sobre eu/outro parece ser tarefa hercúlea, inalcançável.

Como relembra Vasconcelos (2006, s/p), até mesmo o “calor” típico da região nordeste já foi fator historicamente apontado como possível indicador de uma falência anunciada dessa região. Vasconcelos (2006) destaca, nesse ponto, o papel das narrativas

literárias (entre outras) na retomada de um movimento regionalista, nos anos de 1920, que buscam resgatar as rédeas sobre as imagens nordestinas socialmente compartilhadas. Dentre os escritores citados, Vasconcelos (2006) também destaca Gilberto Freyre, em meio à retomada de diversos historiadores que, discutindo o Brasil nordestino entre casas “Grande” e “Senzalas”, retratam um nordeste majoritariamente e, via de regra, referenciado a partir do masculino (o “homem eugênico”, o “homem telúrico”, o “homem rústico”).

Assim, as ponderações de Bernandes (2007) e Vasconcelos (2006) contribuem para nosso entendimento de que, como também sugerem Silva (2000) e Hall (2000), é preciso não apenas falar sobre a diferença e as representações identitárias, mas especialmente evidenciá-las, contestá-las e, dessa forma, permitirmo-nos (re)contar as nossas próprias histórias, construir nossas narrativas, a partir daquilo que nós podemos nos “tornar”.

Outros cantos e Casa Grande e Senzala: sentidos para (o) ser nordestino/nordestina e a normatividade

Nesta seção, recorreremos às discussões teóricas previamente apresentadas para a análise de alguns trechos selecionados dos textos de Rezende (2016) e de Freyre (1933), focalizando nesse *corpus* exemplares de discursos que implicam sentidos construídos/atribuídos a ser nordestino/nordestina e suas interfaces com discursos outros, que (re)afirmam questões (hetero)normativas. Dessa forma, buscamos estabelecer diálogo entre dois diferentes contextos que pautam a produção de narrativas acerca dos temas estabelecidos em nossos objetivos de estudo.

Em *Outros Cantos* (REZENDE, 2016), seguimos a narrativa de Maria, que viaja para o vilarejo nordestino Olho D'água com o intuito de trabalhar como educadora popular de jovens e adultos. Nesse contexto, a protagonista convive com sertanejos, exercitando o seu olhar narrativo, ao experienciar construções sociais e identitárias daquele povo.

No começo da história, assim também como em outros momentos em todo o seu decorrer, deparamo-nos com Maria numa viagem de ônibus pelo sertão e pelo vilarejo no qual já morou. A Maria-narradora dialoga com outra Maria, a de seu passado, ao rememorar sua pequena “aventura” vivida há 40 anos, no sertão profundo. Ao longo da história narrada por Maria, identificamos o cronotopo da estrada, uma variante do cronotopo do encontro e no qual, segundo Bakhtin (2018, p. 218), cruzam-se os caminhos de diversos indivíduos, num certo ponto espaço-temporal. Vejamos o excerto a seguir:

[O]s faróis deste carro velho são tão fracos que não mostram nada do caminho, nada me distrai das imagens que voltam da minha primeira tarde naquele outro sertão. Deixo divagar a memória enquanto todo o resto, o caubói, o ônibus, a caatinga, a estrada, mergulha na escuridão. Eu fazia trinta anos no dia em que me meti pela primeira vez nesta aridez (REZENDE, 2016, n.p.).

O trecho acima evidencia um encontro da personagem consigo mesma – num mesmo espaço, mas num tempo distante –, com base em Bakhtin (2018a, p. 218), entendemos que se configura num encontro mútuo e entrelaçado de destinos. É inegável que há um encontro “entre Marias”, que ocorre internamente no momento em que a personagem passa por Olho d’Água, pois ali dá-se “[...] o ponto de enlace e o lugar de concretização dos acontecimentos, o tempo como que deságua no espaço e por ele flui formando caminhos” (BAKHTIN, 2018a, p. 218). As “Marias” que convergem na estrada, tal qual dois rios que se encontram e entrecruzam, estão orientadas por cronotopo, por emoção e juízo de valor – o eixo axiológico que determina o tom, a entonação, na/da narrativa.

Logo, ao tratar do cronotopo da estrada, é importante ressaltar um traço característico a esse conceito, “[...] a estrada passa pelo *país natal* e não por um *exótico mundo alheio*”. (BAKHTIN, 2018a, p. 220). Sendo assim, ao revisitar um lugar onde a personagem já viveu e estabelecer uma ligação sentimental, ao passar por um “país natal”, por mais “exótico” que possa parecer aos seus novos olhos, segundo Bakhtin (2018a), a metáfora e os múltiplos planos da estrada evidenciam o fluxo do tempo como suporte basilar que está embasado e que recorre aos valores, emoções da personagem.

Em seguida, tratemos então do cronotopo da cidade interiorana, que é tido como um cronotopo secundário, em relação ao cronotopo da estrada. Ao (re)posicionar Maria no vilarejo, Rezende (2016) leva a heroína a um encontro tempo-espacial em que tudo é pequeno, provinciano. Maria-narradora sai da estrada e vai para um cronotopo em que “[e]ssa cidadezinha é o lugar do tempo cíclico dos costumes. Nela não há acontecimentos, há apenas ‘o acontecer’ que se repete” (BAKHTIN, 2018, p. 223, destaque do original). Diante desse cronotopo, notamos um campo de contraste, apesar de implícito, em relação aos acontecimentos ativos e fortemente temporais. Esse contraste se dá pela presença da personagem na cidade no momento narrado, trazendo um novo olhar de Maria para aquele lugar onde haveria originalmente um tempo no qual, tal qual sugere Bakhtin,

as pessoas comem, bebem, dormem, têm esposas, amantes (sem romantização), tecem pequenas intrigas, passam o tempo em suas lojas ou escritórios, jogam cartas, bisbilhotam. É o tempo cíclico, ordinário e cotidiano dos costumes (BAKHTIN, 2018a, p. 223-224).

Ao localizar-se em um cronotopo menor, as “Marias” (re)assumem seu estereótipo nordestino que, a nosso ver – apoiando-nos no que é sugerido por Vasconcelos (2006) e Bernardes (2007) –, implica que estão em contexto espacial e temporal fadado à falência, à mesmidade e à mesmice. Neste sentido, acreditamos que o romance de Rezende (2016) nos remete à ideia de que, nas palavras de Bakhtin (2018a, p. 223), “[e]ssa cidadezinha é o lugar do tempo do cíclico dos costumes. Nela não há acontecimentos, apenas ‘o acontecer’ que se repete”.

Como narra Maria, “[...] nada me distrai das imagens que voltam da minha primeira tarde naquele outro sertão. Deixo divagar a memória enquanto todo o resto, o caubói, o ônibus, a caatinga, a estrada, mergulha na escuridão” (REZENDE, 2016, n.p.). O balançar do transporte público, a escuridão e a estrada tornam-se elementos de uma roda que gira em torno de si mesma, sem destino, sem início ou fim, pois o tempo aqui é “[...] cíclico, ordinário e cotidiano dos costumes” – como informa o cronotopo apontado por Bakhtin (2018a). Ora, este é senão o cronotopo que ilustra um nordeste pela aridez, pela caatinga, por uma insipiente falência como destino, tal qual destacam os relatos de Vasconcelos (2006) e de Bernardes (2007).

Entendemos então que Maria, a narradora, encontra-se aqui no encontro de dois cronotopos: o aventureiro, o qual Maria (narradora) buscou vivenciar na cidade grande, e o provinciano (que Maria já vivenciou, e ao qual retorna, como narradora de visões do hoje e de memórias do ontem). Este é o cronotopo em que tudo gira em torno de si mesmo, de seu “acontecer” cíclico. O desafio da personagem, que assume polifonicamente o viés contemporâneo da voz da autora do romance, seria romper com tal cronotopia, irromper mudanças, levar novos tempos e espaços à cidadezinha, ou seja, embater o estereótipo fatalista a que o nordestino fora fadado, desde os tempos da modernidade – contexto de produção do texto sociológico de Freyre (2003).

O excerto seguinte ilustra outro exemplo de construção social e histórica que contribuem para a construção social da identidade da mulher nordestina:

“Para, pelo amor de Deus, não me machuque, não me mate que eu não fiz nada”, acompanhados pelo som de pancadas e outros gemidos em tom mais grave. A poucos passos vi a casinha de onde vinham os gritos, sem nenhum arremedo de luz vindo de dentro, corri para a porta que parecia fechada. As pancadas e os gritos continuavam, “Socorro, minha Nossa Senhora do Ó, eu sou uma mulher direita!” (REZENDE, 2016, n.p.).

No trecho supracitado vislumbramos evidências das relações eu-outro que partem da apreciação axiológica-emotiva da narradora: mulher nordestina que se desloca entre

cronotopos, no romance de Rezende (2016). A voz que pede socorro a “Nossa Senhora” é feminina. Pede auxílio, sente-se no direito de apelar ao Divino, pois se vê inocente “eu sou uma mulher direita”. Na escuridão da casinha, em meio ao nada, vive-se tudo: o cronotopo do vilarejo, da cidadezinha, entre os mesmos “acontecer”, acrescenta o abuso físico, imposto por homens a mulheres, à rotina enfadonha e da vida árida: o espancamento, a força bruta do “cabra macho” – que encontra no sistema heteronormativo suporte para “mostrar quem manda” na casa. A mulher não pede ajuda à lei humana, ao vizinho, ao transeunte. Estes não teriam “porque” ajudá-la? A voz doída pede ajuda ao divino, à “Mãe de Jesus”, aquela que sabe quem não merece sofrer, ainda que a norma dos “homens” postule outra coisa.

Nesse instante, imbuída do cronotopo aventureiro (BAKHTIN, 2018a), Maria-narradora, que vem da estrada grande, da estrada que entrecruza a vida, toma a si o papel do herói da trama:

“Para, para, seu covarde!”. O homem baixou o relho e soltou a mulher, mas ficou lá estático. Ela, porém, em poucos segundos refeita da surpresa, agarrou a tranca de madeira encostada à parede junto à porta dos fundos e avançou contra mim: “Não se meta, sua enxerida, fora daqui. É meu marido, eu sou a mulher dele, ele me bate quanto quiser, e você não se meta nisso” (REZENDE, 2016, n.p).

O diálogo narrado pelo viés de Maria nos faz retomar a ideia de que não somente as representações identitárias são construídas no campo das práticas sociodiscursivas, como é através delas que se perpetuam, a exemplo do que informam Silva (2007) e Hall (2007). Imbuído do poder que o discurso heteronormativo instaura, o homem “baixou o relho e soltou a mulher”, mas não faz menção de parar, voltar atrás do que fez, fugir. Fica lá, imóvel, à espera de que a mulher, que até há pouco clamava pela ajuda divina, (re)produza os discursos por ele apropriados, que se tornam sua palavra-alheia-própria, como sugerem os estudos bakhtinianos. E a mulher “nordestina” não decepciona: manda Maria cuidar de sua vida. Afinal, aquele não é seu tempo, seu espaço, seu cronotopo agora é outro.

Podemos, neste instante, questionar: até que ponto o discurso literário, na narrativa de Maria supracitada, apenas (re)vela ou, além disso, também mantém os discursos que sustentam as diferenças pautadas nas relações heteronormativas e estereotípicas associadas a homens, mulheres e terras nordestinas? Nos termos bakhtinianos, refletindo e refratando as diferenças?

O diálogo eu-outro aqui não é mais entre as “Marias”, mas entre a Maria que deseja/desejou deslocar-se em tempos e espaços outros, mas voltou para o mesmo cronotopo de que veio. Em resposta a Maria, a mulher que apanha e diz que “em briga de marido e

mulher ninguém mete a colher” torna-se a “mulher-macho”, figura estereotípica nordestina: apanha, mas bate, porque é forte e valente e por isso sobrevive, em sua cidadezinha. Assim, essa mulher que antes clamava ajuda divina, empunhou rapidamente a “tranca” de madeira da porta, que estava encostada, e foi colocar a Maria-narradora para correr.

Noutro excerto, a “mulher-macho” é representação de um estereótipo romantizado: a força está em fazer trabalhos coloridos, tingir, tecer, secar o fio, trabalho que exige força e, portanto, é “trabalho de macho”:

[M]exer, sem parar, o fio e a tinta borbulhante, retirar com longas varas as meadas coloridas, fumegantes, e pô-las a secar sobre uma sucessão de cavaletes rústicos, desenlear o fio, já seco, e enrolá-lo em grandes bolas para depois urdir os laços, entremeando as cores em longas listras, transformar o povoado naquele espantoso arco-íris desencontrado, era trabalho de macho (REZENDE, 2016, n.p.).

É importante ressaltar que o trecho que destacamos acima representa não só a mulher como “indivíduo social” do/no Nordeste, mas sua relação com homens e crianças, contribuindo para a sua construção identitária, processo que é permeado por discurso e poder. Recorrendo a Hall (2000), notamos que essas identidades vão sendo forjadas de forma processual em/por discursos que, neste caso, postulam acerca do que é “ser macho” e de como essa norma hétero-organizadora está intrinsecamente relacionada a experimentar um viver difícil, árduo e de trabalho pesado, o que acreditamos estar evidenciado no excerto a seguir:

Numa das paradas deste ônibus vi entrar uma mulher com dois meninos vestidos em suas calças jeans, seus tênis e camisetas com uma besteira qualquer escrita em inglês e figuras de desenhos animados japoneses. Suas caras não enganam, são sertanejos como eram aqueles, mas já não têm a barriga inchada, a pele encardida e arranhada como os de quarenta anos atrás. Minha razão me diz que estes de agora vivem melhor e devo alegrar-me por isso, mas meu coração já não se entenece tanto como daquela vez, diante dos outros que eu acreditava precisarem de mim (REZENDE, 2016, n.p.).

Ainda, face a um contexto em que a mulher nordestina desempenha um papel e uma representação social e cultural tão importantes, vemos a personagem Maria marcar sua fala **sobre** nordestinas, o que podemos entender como a visão “[...] do personagem sobre si mesmo e sobre o mundo tão plenamente ponderada quanto a palavra autoral comum” (BAKHTIN, 2008, p. 7, apud RENFREW, 2017, p. 105). Para viver o cronotopo aventureiro, o tempo do herói que salva o dia, arrenda os males, soluciona os problemas, a Maria-narradora precisa do tempo-espço do vilarejo, daquele cronotopo menor, em que há quem precise ser salvo – relação eu-outro, dialógica. Mas, parece que as “outras” Marias, e suas

crianças, na narrativa de Rezende (2016), não querem essa tal ajuda, ou que, talvez, desse auxílio heroico não estão à busca.

Em suas viagem no mundo da memória, Maria nos possibilita acessar outra história: a sua (própria) identidade narrativa que, como esclarece Ricoeur (1991) é tanto o meio pelo qual acessamos identidades, quanto a forma pela qual as construímos. O próximo excerto revela Maria repleta por sua expressão emotivo-volitiva. Sua narrativa é axiologicamente orientada de forma que evidencia sua própria identidade narrativa fazendo-nos questionar se, de fato e em algum momento, essa personagem realmente abandonou o cronotopo do vilarejo:

[À]s mulheres cabia a estranha dança para mover os enormes teares, prodígios de marcenaria, [...] Era das mulheres também a tarefa infundável de buscar água potável na única fonte a escorrer, preguiçosa, em oásis com coqueiral, [...] assim como a obrigação de controlar o movimento do burro a mover a nora para fazer subirem os alcatruzes de barro do fundo de um poço estreito, trazendo a água salobra, único bem que lhes dava fielmente aquele fundo de mar há milênios esvaziado. [...] Aquelas tarefas também eu tinha de aprender a cumprir (REZENDE, 2016, n.p.).

Se “[...] a literatura constitui um vasto laboratório de identidade e o romance é o território privilegiado para a experimentação” (ARFUCH, 2010, p. 126), podemos identificar no trecho supramencionado que Maria, de fato, não apenas sustenta em si a visão da mulher nordestina, que enfrenta intempéries e o cabra-macho, mas que é ela mesma essa mulher que sustenta a diferença, social e historicamente construída, nas relações “ser”, “acontecer” homem-mulher no/do Nordeste brasileiro. Caberia assim a Maria aceitar sua posição cronotópica, na vida e na arte? Como reforça a personagem Fátima, em outra instância do texto, ao interagir com o relato sobre a briga de casal que Maria quis apartar:

Ixe! E você foi se meter nisso, menina? É doida? Nunca ouviu dizer: em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher? (REZENDE, 2016, n.p.).

O discurso normalizador é claro, é objetivo e é pontual. Além disso, vem de voz feminina. Estabiliza como norma e torna normal a agressão, o abuso, a força bruta, tomando-os para si como marca indenitória, parte do processo de tornar-se naquele cronotopo nordestino.

Com apoio em Bakhtin (2019, p. 70-71), entendemos que “[o] romance é o único gênero em formação, por isso reflete de modo mais profundo, mais substancial, mais sensível e mais rápido o processo de formação da própria realidade. Só o que está em formação pode compreender a formação”. Por conseguinte, nos excertos do romance contemporâneo de

Rezende (2016), é possível notar como a arte reflete e refrata a vida, evidenciando formações discursivas e, neste caso específico, os campos que tratam de regimentar o que é “ser homem”, “ser mulher”, além de ditar como, onde e quando viver de/sob forma heteronormativa.

Neste ponto, no intuito de estabelecer o diálogo entre os contextos de produção distintos elencados para este estudo, passamos a abordar alguns excertos do texto de Freyre (2003), escrito no período da Modernidade.

A fim de estreitar o recorte para este trabalho, concentramos nossa leitura nas páginas do prefácio de *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, porque, de nosso ponto de vista, é especialmente nesse trecho de seu texto ensaístico que Freyre (2003) nos oferece uma narrativa (auto)biográfica em que se evidencia o olhar de um nordestino (que se autodeclara homossexual), que aborda questões relacionadas à heteronormatividade. Rangel (2016, n/p) lembra que, quando de sua publicação em 1933, o texto do sociólogo, considerado “obra-prima da historiografia brasileira”, foi taxado a guisa de pornografia e criticado por sua obscenidade, linguagem cotidiana e “primitividades” o que seria fruto de seu desejo de construir uma narrativa “desprovida de moralismos de ocasião” (RANGEL, 2016, n.p).

Um dos maiores estudiosos da cultura brasileira, Gilberto Freyre é escritor de destaque nacional e internacional. Para além da relevância de seus relatos sociais e históricos, há outros aspectos que também justificam o interesse em torno desse autor e de sua obra, neste nosso presente trabalho. Como afirma Soliva (2012), um desses aspectos diz respeito ao tratamento dado por Freyre acerca da sexualidade, haja vista que “[...] importantes são as suas contribuições para a compreensão da vida sexual do brasileiro” (SOLIVA, 2012, p. 310).

Logo, ao apontarmos para a vida do autor, trazemos evidências, tais como “[o] seu ‘diário’ de adolescência [em que] comenta, de passagem, seu interesse pelas relações homoeróticas”, assim também como a “[...] sua entrevista para a revista *Playboy* (1980), na qual conta suas ‘poucas e não satisfatórias aventuras homossexuais’” (PINTO, 2006, p. 284-285).

Ainda, conforme esclarece Pinto (2006, p. 285), as duas “seminovelas” escritas por Freyre tratam abertamente do desejo homossexual. Esse autor informa também que, em um de seus contos (“Ele e Ela”, publicado em 1976), o narrador se refere ao “personagem” Gilberto Freyre: “[...] dizia-se que não gostava de moça e que vivia mais rodeado de rapazinhos. Não era bem assim”.

Interessa-nos aqui observar processos de construção de identidades a partir da escrita de um autor nordestino que se declara não-heteronormativo, como registrado em sua identidade narrativa, pois “[...] toda obra de Freyre – e *Casa-Grande & Senzala* em particular –, se vale da homossexualidade e da bissexualidade, seja literal ou figurativamente, para explicar desde o próprio estilo até o caráter nacional brasileiro” (PINTO, 2006, p. 285, *italico do original*).

Isto posto, Pinto (2006, p. 285) recorre a Burke (2005) para descrever a opinião de Freyre sobre a amizade homoerótica, vista aqui “à maneira de Oxford”:

[...] as condições da vida dos jovens de Oxford eram formidáveis ao desenvolvimento de relacionamentos profundos e às vezes homoeróticos. Era como se na vida oxfordiana houvesse um forte impulso para “intensas amizades de rapazes” com algum componente homossexual – possivelmente transitório – próprio das antigas amizades gregas, como observa Freyre em seu diário (BURKE, 2005, p. 122, apud PINTO, 2006, p. 285).

Do trecho supramencionado, notamos que a amizade homoerótica “oxfordiana” a que se refere Freyre é projetada em sua obra principal, para a qual o sociólogo transporta sua noção de homosociabilidade, o que orienta sua representação de relações e práticas sociais brasileiras – que são tecidas pelas mãos de um nordestino que foge ao estereótipo do “cabra-macho”, como caracterizado na/pela narrativa de Rezende (2016). Segundo Freyre,

[d]urante a segregação, o menino aprendia a tratar a mulher de resto; a sentir-se sempre superior a ela; a abrir-se em intimidades não com a mãe nem com mulher nenhuma, mas com o pai e com os amigos. As afinidades que se exaltavam eram as fraternas, de homem para homem; as de afeto viril. Do que resultava ambiente propício à homossexualidade (FREYRE, 2003).

O excerto acima evidencia a formação discursiva de um indivíduo nordestino que, além de dar luz a sua visão não heteronormativa, corrobora o entendimento que esse sujeito tem de si mesmo (sua identidade narrativa, como a nomeia Ricoeur, 1991). Interessante notar que, nas palavras de Freyre (2003), ficam marcados discursos que reforçam a relação de inferioridade a que são socialmente submetidas as mulheres que vivem sob regime patriarcal. Além disso, Freyre (2003) sugere que a homossexualidade seria decorrência natural – e, talvez, até de se esperar – do próprio distanciamento imposto a homens e mulheres, desde a infância. Ou seja, Freyre (2003) instiga-nos a pensar que regras impostas a partir da própria norma heteroreguladora seriam mola propulsora para o desenvolvimento de afetos que transbordam essa normatividade.

Ainda no que tange às relações de poder, ao observarmos as narrativas de Rezende (2016) e de Freyre (2003), a partir de perspectiva temporal, distingue-se a ideia que, na sociedade do nordeste brasileiro, a questão há muito perdura como

[u]ma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. Isso quanto ao sadismo de homem para mulher – não raro precedido pelo de senhor para moleque. Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado *leva-pancadas*, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico (FREYRE, 2003, p. 113).

Louro (2009, p. 86) explica que, submetidas às instabilidades promovidas por forças que emanam de situações, lugares e vozes de poder, as relações afetivo-sexuais são conduzidas de forma a tornarem-se verdades heteronormatizadas, uma espécie de estratégia que possibilita que aquilo que foge à normatização heterossexual se torne validado, desde que submetido às situações e contextos em que o poder heteronormatizador as regula. Essa relação indelével de poder é, ao mesmo tempo, regulamentadora e paradoxal: instaura relações socialmente aceitáveis entre homens (seres do mesmo sexo), as mesmas relações que, fora desse “equilíbrio” socialmente previsível, seriam antagonizadas.

Ademais, a narrativa de Freyre (2003, p. 113) também materializa discursos que, socialmente compartilhados, estruturam a construção social da diferença, como apontada por Silva (2000), de modo que fica claro que esse se trata de um processo desenvolvido ao longo de muitos anos.

De tal forma, o texto de Freyre (2003) instaura não um, mas vários antagonismos em (des)equilíbrio. Sua narrativa desenha uma sociedade em que a representação do homem-macho nordestino, a partir do viés de um de seus próprios exemplares, constribe esses mesmos homens de modo que estariam, desde o berço, fadados a sustentar relações de poder e(m) antagonismos. Tais relações, conquanto mantenham a superioridade do masculino (não somente sobre o outro sexo, mas também superioridade de raça, no caso do homem branco e colonizador), constituem e perpetuam normas que instituem a heteronormatividade apenas para conduzir esses mesmos homens a vivências homoafetivas e sustentar um (des)equilíbrio **por e na** diferença (SILVA, 2000; HALL, 2000).

De todo modo, tanto a narrativa de Rezende (2016) quanto a de Freyre (2003) traçam um olhar de/sobre homens e mulheres nordestinos que – cada qual a seu modo e sob as constrições dos contextos sociais em que vivem – parecem estar destinados a “aceitar” que suas identidades já lhes foram historicamente atribuídas. Resta-nos questionar mais uma vez:

se, a partir de tais narrativas, como pondera Ricoeur (1993, apud ARFUCH, 2010) “[essas] vidas não apenas precisam, mas merecem ser narradas”, seria nosso papel buscar, pela vida e pela arte, meios para encarar, (ir)romper e transformar tais ordens e normas, já tão previamente estabelecidas?

Conclusão

Assim como defende Festino (2014, p. 321), acreditamos que as narrativas literárias corroboram ideias que operam em favor da persuasão cultural, ajudando a formar, a partir de suas construções, identidades nacionais, povos e comunidades.

Neste trabalho, analisando cronotopos distintos e(m) contextos de produção diversos, com os quais nos propusemos a dialogar, buscamos evidenciar a presença de discursos normalizadores, reguladores e mantenedores de relações de poder que se materializam em narrativas de ficção, (auto)biográfica e/ou histórica, de forma a problematizar olhares perpetuados acerca das identidades de homens e mulheres que, além de serem distintos como “nordestinos”, são também, de alguma forma e em certa medida, constrangidos por normas heteroreguladoras e regulamentadoras e(m) suas relações de poder.

Sem pretender de nenhuma forma esgotar possíveis leituras e interpretações acerca dos excertos dos textos escolhidos, nossa investigação se caracteriza por uma tentativa em favor do dissenso, o que, acreditamos, só pode ser buscado a partir do momento em que os discursos – e as forças ideológicas que os orientam –, são materialmente visibilizados, em determinados tempos-espacos, de forma que se evidencie como tais discursos afetam os processos identitários dos sujeitos. Especificamente, buscamos discutir como discursos normalizadores – focalizados a partir das narrativas de Rezende (2006) e Freyre (2003), sinalizam relações dialógicas nos processos de construção identitária.

Dessa forma, esperamos que, ao trazer à tona esses (poucos) exemplares narrativos, possamos deixar neste texto algumas provocações e indagações, de modo que, ao compartilharmos nossas visões sobre tais narrativas (e, portanto, seus discursos), possamos contribuir para que sejam compartilhadas entre os membros de nossas comunidades e, assim como afirma Festino (2015, p. 91), quiçá possam dar origem a reflexões acerca de identidades individuais e coletivas, promovendo o repensar sobre nossa visão de identidade comunal, para que, através de (nossas próprias) narrativas outras, possamos fazer sentido(s) do/no mundo e dos lugares que nele ocuparmos.

Referências

- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução Paloma Vital. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. 3. ed. Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II**. As formas do tempo e do cronotopo. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018b.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance III**. O Romance como gênero literário. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2019.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200003>
- FESTINO, Cielo Griselda. A estética da diferença e o ensino das literaturas de Língua Inglesa. **Gragoatá**, Niterói, n. 37, p. 312-330, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33000/18987>>. Acesso em: 13 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v19i37.33000>
- FESTINO, Cielo Griselda. Os avanços Tecnológicos: o fim da literatura. In: TAKAKI, Nara Hiroko, MACIEL, Ruberval Franco (orgs.). **Letramento em Terra de Paulo Freire**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 89-100.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 48. ed. Recife: Global Editora, 2003.
- HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Traduções Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.
- LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Secad/MEC e Unesco, 2009.
- PINTO, César-Braga. Os "desvios" de Gilberto Freyre. Novos estud. - **CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 281-288, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300017&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 13 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000300017>
- RANGEL, Natália. Confissões de Gilberto Freire. **Isto é independente**. São Paulo, 21 de janeiro de 2016. Disponível em:

https://istoe.com.br/88397_CONFISSOES+DE+GILBERTO+FREYRE/. Acesso em: 1 ago. 2020.

RENFREW, Alastair. **Mikhail Bakhtin**. Tradução Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola, 2018.

REZENDE, Maria Valéria. **Outros Cantos**. Editora Objetiva, 2016. Versão eletrônica para Kindle (não paginado).

RICOEUR, Paul. Narrative identity. **Philosophy Today**, v. 35, n. 1, p. 73-81, 1991. DOI: <https://doi.org/10.5840/philtoday199135136>

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Traduções Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Uma cultura de contatos: sexualidades e erotismo em duas obras de Gilberto Freyre. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 7, 26 nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2246/1679>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional. In: II Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. **Anais...**, Salvador: UFBA, 03 a 05 de maio, 2006. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecul2006/claudia_pereira_vasconcelos.pdf. Acesso em: 1 ago. 2020.

Recebido em: 4 de setembro de 2020

Aceito em: 23 de novembro de 2020